

MANIFESTAÇÃO Nº 008/2026/TRT14/EJUD/SEJUD

PROAD 682/2026

Assunto: Contratação do Instituto Educere LTDA.

 MARIA
CESARINEIDE
DE SOUZA
LIMA
02/02/2026 14:31

 FLAVIA
CRISTINA
FIDELIS
MORAIS
02/02/2026 14:45

MANIFESTAÇÃO

Trata-se de proposta da Secretaria-Executiva da Escola Judicial objetivando a contratação da empresa INSTITUTO EDUCERE LTDA, devidamente inscrita sob o CNPJ n. 04.403.920 /0001-01, para disponibilização de até 600 (seiscentas) inscrições em cursos a distância, durante o período de oito meses, destinados a servidores e magistrados deste Tribunal, no valor total de R\$51.000,00 (cinquenta e um mil reais).

Os cursos serão disponibilizados na modalidade a distância, por meio do ambiente virtual da empresa, a partir da data de envio e emissão da nota de empenho.

Os autos foram instruídos com o Documento de Oficialização de Demanda – DOD (doc. 1), Termo de Referência (doc. 2) e a Matriz para Gerenciamento de Riscos (doc. 3), bem como com os seguintes documentos necessários à formalização da contratação: proposta da contratação (doc. 4), certidões e declarações, além de certidão de regularidade do FGTS (doc. 5), atestados de capacidade técnica (doc. 6), expedientes que comprovam contratações com outros órgãos e que o preço praticado com este Tribunal está semelhante ou abaixo de propostas realizadas com outras instituições (doc. 8).

No item 3 do DOD (doc. 1) e no item 13 do Termo de Referência (doc. 2) constam as justificativas da contratação.

Conforme consta na solicitação de disponibilidade orçamentária (doc. 11), a presente contratação será custeada com recursos remanejados da ação “Contratação de Pessoa Jurídica - Capacitação”, totalizando R\$51.000,00 (cinquenta e um mil reais), correspondente ao valor da proposta da empresa.

Segue a relação dos cursos a serem contratados:

Cursos de Inteligência Artificial no Poder Judiciário

1. Inteligência Artificial no Poder Judiciário (20 horas) curso novo
2. Inteligência Artificial na Justiça Trabalhista (20 horas) curso novo
3. Inteligência Artificial para produção de conteúdo (20 horas) curso novo
4. Inteligência Artificial para professores (20 horas) curso novo

Cursos de Qualidade de Vida / Responsabilidade Social/Equidade

5. Qualidade de Vida no ambiente de trabalho (20 horas) - atualizado
6. Inteligência Emocional (20 horas) – atualizado
7. Respeito nas relações interpessoais no trabalho (20 horas) – atualizado
8. Assédio moral, assédio sexual e discriminação pública (20 horas)
9. Bem-estar físico, emocional e mental no trabalho (20 horas) – atualizado
10. Ética e responsabilidade social (20 horas)
11. Direitos das Pessoas com Deficiência (20 horas) - atualizado
12. Liberdade Religiosa e Combate à Intolerância (20 horas)
13. Povos Indígenas: realidade, respeito e legislação (20 horas)
14. Proteção aos povos indígenas e direitos humanos (20 horas)
15. Letramento racial (20 horas)

Cursos de Qualidade de Vida e Sustentabilidade

- 16. Práticas ambientais saudáveis (20 horas)
- 17. Educação ambiental (20 horas)
- 18. Poder Judiciário Sustentável (30 horas) - curso novo
- 19. Saúde Mental no Ambiente de Trabalho (20 horas) – curso novo

Cursos da área Administrativa / Comportamental

- 20. Atendimento inclusivo e humanizado (20 horas) - curso novo
- 21. Gestão de Projetos (30 horas) - atualizado
- 22. Gestão do Tempo (30 horas) – atualizado
- 23. Planejamento Estratégico (30 horas) - atualizado
- 24. Gerenciamento e resolução de conflitos (30 horas) - atualizado
- 25. Relações interpessoais no trabalho (30 horas) - atualizado
- 26. Excelência no atendimento (10 horas)
- 27. Licitações - Lei n. 14.133/2021 (40 horas) - atualizado
- 28. Contratos Administrativos - Lei n. 14.133/2021) (40 horas) - atualizado
- 29. Gestão do Conhecimento (30 horas) - atualizado

Cursos da área Administrativa – Desenvolvimento Gerencial

- 30. Gestão de Mudanças e Resiliência (30 horas)
- 31. Gestão Documental no Poder Judiciário (30 horas) – curso novo
- 32. Gestão por Competências (30 horas) - atualizado
- 33. Liderança e gestão de equipes (30 horas) - atualizado

- 34. Motivação de equipes (30 horas)
- 35. Formação de Gestores Líderes (30 horas)
- 36. Liderança e Saúde Mental da Equipe (30 horas) – curso novo
- 37. Desenvolvimento de Competências (30 horas)
- 38. Desenvolvimento de Líderes em Instituições Públicas (30 horas)
- 39. Lider Coach e Mentoria (30 horas) - atualizado
- 40. Teletrabalho e Gestão de Equipes Remotas (30 horas)
- 41. Atualização da Lei 8.112 (30 horas)
- 42. Gestão Pública (30 horas)

Cursos da área Jurídica

- 43. Direito do Trabalho (40 horas) - atualizado
- 44. Direito Processual do Trabalho (40 horas) - atualizado
- 45. Elaboração de Decisões Judiciais (30 horas)
- 46. Elaboração de Ementas Jurisprudenciais - Manual do CNJ/STF (20 horas) – curso novo
- 47. Protocolo para Julgamento com Perspectiva Racial (30 horas)
- 48. Direitos Humanos e Poder Judiciário (30 horas) – curso novo
- 49. Controle de Convencionalidade (30 horas) – curso novo

Cursos de Linguagem e Comunicação

- 50. Redação Oficial (20 horas)
- 51. Elaboração de Parecer, Relatório e Nota Técnica (30 horas) - atualizado
- 52. Elaboração de Atos Normativos (20 horas) – atualizado
- 53. Produção de Textos (30 horas) – atualizado
- 54. Revisão Prática de Textos (40 horas) – atualizado
- 55. Português em tópicos: dúvidas comuns em instituições públicas (20 horas)
- 56. Linguagem inclusiva (20 horas) - atualizado
- 57. Comunicação assertiva e não violenta (20 horas) – atualizado
- 58. Português Jurídico (30 horas) - atualizado
- 59. Linguagem Simples e Simplificação da Linguagem Jurídica (30 horas) - curso novo
- 60. Lógica e Argumentação Jurídica (30 horas)

Curso da Área de Informática

- 61. Excel (20 horas)

Pacto Nacional do Judiciário pela Primeira Infância

- 62. Primeira Infância, Marco Legal e Poder Judiciário (30 horas) – curso novo

Curso de Língua Estrangeira

- 63. Espanhol (30 horas) - atualizado
- 64. Espanhol Jurídico (30 horas)
- 65. Inglês (30 horas)
- 66. Inglês Jurídico (40 horas)

Cursos de acordo com Resoluções do CNJ e do CSJT

67. Introdução e visão geral dos métodos autocompositivos e heterocompositivos (20 horas)

68. A mediação e a conciliação na história, na estrutura e nos procedimentos da Justiça trabalhista (20 horas)

69. Fundamentos da negociação para conciliadores e mediadores da Justiça Trabalhista (20 horas)

70. Posturas e procedimentos da negociação aplicada a conflitos trabalhistas (20 horas)

71. Ética aplicada ao tratamento adequado de conflitos trabalhistas (20 horas)

A Secretaria de Orçamento e Finanças procedeu à adequação da despesa relativa à presente contratação (doc. 12), a qual está em consonância com a descrita na solicitação de disponibilidade orçamentária (doc. 11) e no Termo de Referência (doc. 2).

Nos termos do despacho proferido pelo Diretor-Geral (doc. 15), foi acolhido o Parecer 318 /DAJ-2025 (doc. 14), por meio do qual a Divisão de Análises Jurídico-Administrativas, referindo-se ao entendimento firmado nas decisões TCU 535/1996-Plenário e 439/1998-Plenário, informou que as despesas que tratam de cursos de aperfeiçoamento se enquadram na modalidade de inexigibilidade de licitação prevista na alínea “f” do inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133/2021.

É o relatório.

Acerca do assunto, o art. 1º, VIII, da Portaria GP n. 1664/2019, que regulamenta a participação de servidores deste Tribunal em ações de capacitação, define o conceito de evento externo, conforme abaixo reproduzido:

Art. 1º. Para os fins desta Portaria, consideram-se:

(...)

VIII – Evento externo: é todo curso, congresso, seminário, conferência, convenção ou similar, cuja organização seja de iniciativa e responsabilidade de pessoas física ou jurídica contratada para este fim ou por cooperação com instituições públicas, mediante acordos ou convênios.

Necessário destacar que os requisitos estipulados pelo art. 9º da referida Portaria condicionam a participação nos eventos ao preenchimento das exigências do ato de inscrição pelo interessado, à compatibilidade entre o evento e a área de atuação do servidor público, e à inexistência de afastamentos.

Com efeito, os diversos temas abordados nos cursos ofertados pela empresa a ser contratada evidenciam a relevância institucional e a compatibilidade com as atribuições desenvolvidas pelos servidores e magistrados deste Tribunal, possibilitando a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos, em consonância com o princípio da eficiência administrativa, conforme previsto no art. 37 da CF/88.

Diante do exposto, acolhida a sugestão supra, sugere-se a adoção das seguintes providências:

I – À Secretaria-Executiva da Escola Judicial para adotar as providências que se fizerem necessárias, inclusive de verificação quanto à regularidade dos documentos fiscais;

II – À Secretaria de Orçamento e Finanças - SOF para emissão de nota de empenho;

III - À Diretoria-Geral - DG para publicação da inexigibilidade de licitação na imprensa oficial, conforme parágrafo único do artigo 72 e inciso II do artigo 94 da Lei nº 14.133/2021;

IV - À CLC/SA, após emissão de nota de empenho, divulgar e manter o ato de autorização da contratação direta à disposição do público em sítio eletrônico oficial e no PNCP, conforme § único do art 72 e inciso II do art. 94, da NLLC;

V – Por fim, retornem à SEJUD para adoção de eventuais providências.

Porto Velho, 2 de fevereiro de 2026.

(assinado digitalmente)

FLÁVIA CRISTINA FIDELIS MORAIS

Secretária Executiva da Escola Judicial

DESPACHO

Acolhe-se os termos da MANIFESTAÇÃO TRT14/EJUD/SEJUD (doc. 16, fls. 1-7), e tendo em vista a autonomia financeira para decidir e destinar a utilização da rubrica orçamentária referente à capacitação de servidores e magistrados, conforme Resolução Administrativa TRT14 n. 26/2019, bem como a possibilidade de utilização dos conhecimentos adquiridos em prol das atividades desempenhadas neste Tribunal, sem maiores digressões, autoriza-se a contratação da empresa INSTITUTO EDUCERE LTDA, devidamente inscrita sob o CNPJ n. 04.403.920/0001-01, para disponibilização de até 600 (seiscentas) inscrições em cursos a distância, durante o período de 8 (oito) meses, destinados a servidores e magistrados deste Tribunal, conforme Termo de Referência (Doc. 1), enquadrando-se a despesa como inexigibilidade de licitação, nos termos contidos na alínea “f” inciso III do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, observadas, as seguintes diretrizes:

I – À Secretaria-Executiva da Escola Judicial para adotar as providências que se fizerem necessárias, inclusive de verificação quanto à regularidade dos documentos fiscais;

II – À Secretaria de Orçamento e Finanças - SOF para emissão de nota de empenho;

III - À Diretoria-Geral - DG para publicação da inexigibilidade de licitação na imprensa oficial, conforme parágrafo único do artigo 72 e inciso II do artigo 94 da Lei nº 14.133/2021.

IV - À CLC/SA para divulgar e manter o ato de autorização da contratação direta à disposição do público em sítio eletrônico oficial e no PNCP, conforme § único do art 72 e inciso II do art. 94, da NLLC;

V – Por fim, retornem à SEJUD para adoção de eventuais providências.

Porto Velho, 2 de abril de 2024 (segunda-feira).

(assinado eletronicamente)

Desembargadora MARIA CESARINEIDE DE SOUZA LIMA

Diretora da Escola Judicial do TRT da 14^a Região